

The background of the cover is a photograph of several hands held out in a gesture of offering or prayer. The hands are positioned at different depths, with some in sharp focus in the foreground and others blurred in the background. The lighting is soft and warm, creating a sense of peace and spirituality. The overall color palette is dominated by warm, earthy tones like beige, light brown, and soft orange, which are also reflected in the text boxes.

Teologia das Religiões 2

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Denise Pereira
(Organizadora)

Teologia das Religiões 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	Teologia das religiões 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Teologia das Religiões; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-386-6 DOI 10.22533/at.ed.866190706 1. Religião. 2. Teologia – Estudo e ensino. I. Pereira, Denise. II.Série CDD 200.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A teologia das religiões vem ganhando destaque na contemporaneidade. Deste modo a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem dá os primeiros passos acadêmicos nos estudos teológicos, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate teológico das e sobre as religiões, quais seriam os caminhos mais adequados para nos situarmos. Os diversos autores investigam as questões mais prementes e que nos tocam mais de perto, tendo em vista a diversidade de contextos eclesiais e acadêmicos em que cada pessoa ou grupo está envolvido.

E se propõem a mostrar o que pesquisadores da religião, de diferentes áreas: teologia, sociologia, história e antropologia, ao analisarem o que diferentes confissões e partes do mundo, estão dizendo a respeito do tema.

Desde o século XIX, a teologia das religiões tem desafiado a cientistas da religião, a observarem os encontros e o desencontros do cristianismo com as demais religiões.

A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o mundo atual e, particularmente, o contexto teológico latino-americano, especialmente pela sua vocação libertadora e pelos desafios que advém de sua composição cultural fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas. A Teologia Latino-Americana da Libertação, dentre os seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre os desafios do pluralismo religioso.

Sendo assim, “Teologia das Religiões” é uma abordagem impactante, por vezes, controverso e até mesmo conflitivo, os autores consideram que apresentar um leque de diferentes autores e perspectivas seria uma contribuição significativa e relevante.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESPEDIDA DA METAFÍSICA E O CRESCIMENTO DOS SEM RELIGIÃO	
Omar Lucas Perrout Fortes de Sales Clóvis Ecco	
DOI 10.22533/at.ed.8661907061	
CAPÍTULO 2	8
CATOLICISMO E OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES : O EMBATE ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A HERMENÊUTICA DA CONTINUIDADE NO CATOLICISMO ROMANO E BRASILEIRO	
Alfredo Moreira da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8661907062	
CAPÍTULO 3	21
A BÍBLIA HEBRAICA NA TRADIÇÃO RABÍNICA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA LITERATURA JUDAICA	
Daniela Susana Segre Guertzenstein	
DOI 10.22533/at.ed.8661907063	
CAPÍTULO 4	35
A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENÇAS CULTURAIS PERCEBIDAS: LENTES PARA COMPREENDER OS ENCONTROS ENTRE JESUS, A MULHER SAMARITANA E OS BRASILEIROS	
Marcelo Eduardo da Costa Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8661907064	
CAPÍTULO 5	46
A IMANÊNCIA E A TRANSCENDÊNCIA NA OBRA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA	
Marcos Benaia Oliveira Ferreira Maria Aparecida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8661907065	
CAPÍTULO 6	52
A LEI DE PAULO E O “VÍCIO FORMAL”: A UNIVERSALIZAÇÃO PAULINA E A IMPESSOALIDADE DA CRENÇA COMO BASES PARA A RACIONALIDADE OCIDENTAL	
Giuliano Martins Massi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907066	
CAPÍTULO 7	60
A PERSPECTIVA RELIGIOSA DE ADOLESCENTES INFRATORES DA GRANDE BELÉM	
Weslley Cardoso de Sousa Jessica Rocha de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.8661907067	
CAPÍTULO 8	73
A REFORMA PROTESTANTE ONTEM E HOJE	
Mayumi Busi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907068	

CAPÍTULO 9	82
A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS POR LÍDERES RELIGIOSOS E A PERCEPÇÃO DE SEUS SEGUIDORES VIRTUAIS	
Peter Michael Alves Rodrigues Ramos Edvaldo Leal Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8661907069	
CAPÍTULO 10	94
A VISIBILIDADE MIDIÁTICA E A PÓS MODERNIDADE AS RELIGIÕES E AS REDES SOCIAIS	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.86619070610	
CAPÍTULO 11	105
ANA PAULA VALADÃO: POLÊMICAS MIDIÁTICAS NA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E GÊNERO	
Miriã Joyce de Souza Sales Capra	
DOI 10.22533/at.ed.86619070611	
CAPÍTULO 12	116
CATOLICISMO POPULAR: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO-TOCANTINS	
Valdir Aquino Zitzke	
DOI 10.22533/at.ed.86619070612	
CAPÍTULO 13	128
FESTA DE SANT'ANA: UMA CULTURA COMO CRENÇA NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070613	
CAPÍTULO 14	138
CELEBRAR PARA VENCER: RELIGIOSIDADE NO FUTEBOL	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070614	
CAPÍTULO 15	152
CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA CORPORAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PRISMA JURÍDICO-RELIGIOSO DA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃO*	
Paulo Adroir Magalhães Martins	
DOI 10.22533/at.ed.86619070615	
CAPÍTULO 16	160
CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: PERIÓDICOS A SERVIÇO DA IGREJA CATÓLICA	
Andressa Paula	
DOI 10.22533/at.ed.86619070616	
CAPÍTULO 17	171
DE MORNENSE A SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO CATÓLICA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA INÊS (1908-1934)	
Julia Rany Campos Uzun	
DOI 10.22533/at.ed.86619070617	

CAPÍTULO 18	182
DO QUE RIEM OS PENTECOSTAIS?: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS HUMORISTAS GOSPELS NA GRANDE REDE	
Wesley Silva Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070618	
CAPÍTULO 19	193
IDENTIDADE ESPÍRITA NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA COMPARAÇÃO INSTITUCIONAL	
Jose Pedro Simões Neto	
DOI 10.22533/at.ed.86619070619	
CAPÍTULO 20	212
JUSTIÇA TOMISTA NO SÉCULO XXI?	
Moacir Ferreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.86619070620	
CAPÍTULO 21	218
LO RELIGIOSO COMO ORDEN SOCIAL Y COMO EXPERIENCIA SUBJETIVA. CONSIDERACIONES ONTOGENÉTICAS	
Manuel Martínez Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.86619070621	
CAPÍTULO 22	232
O TARÔ E A PRÁTICA ORACULAR NA ERA DA MEDIATEZAÇÃO ESPIRITUAL	
Kelma Amabile Mazziero de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070622	
CAPÍTULO 23	244
OS ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA NO TOCANTINS: 1904 A 1988	
César Evangelista Fernandes Bressanin	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.86619070623	
CAPÍTULO 24	254
ROLO DE GRAVURA (<i>PICTURE ROLL</i>) E A ESTRATÉGIA ADVENTISTA DE EVANGELIZAÇÃO INFANTIL E GLOBAL ENTRE 1915 E 1999	
Elder Hosokawa	
Cleyton Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070624	
CAPÍTULO 25	268
SANTOS, ÍNDIOS E MALANDROS NO CULTO DE MARIA LIONZA	
Daniela Calvo	
DOI 10.22533/at.ed.86619070625	
CAPÍTULO 26	281
UM CANDEEIRO DE SOFIA: O CASO DA IGREJA RASTAFÁRI E SEU LÍDER, RAS GERALDINHO	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070626	

CAPÍTULO 27 290

“POBRES ENTRE OS POBRES, MARGINALIZADOS ENTRE OS MARGINALIZADOS, OS ELEITOS DE DEUS”: MESSIANISMO E POBREZA ENTRE OS ISRAELITAS DA NOVA ALIANÇA NA AMÉRICA LATINA

[Lucía Eufemia Meneses Lucumí](#)

DOI 10.22533/at.ed.86619070627

SPBRE OS ORGANIZADORES 314

DE MORNESE A SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO CATÓLICA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA INÊS (1908-1934)

Julia Rany Campos Uzun

Julia Rany Campos Uzun é aluna do Programa de Doutorado em História Cultural da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – São Paulo – Brasil. É bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico – CNPq. Também compõe a coordenação do Centro de Estudos em História Cultural das Religiões – CEHIR. Endereço eletrônico: professorajuliahistoria@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar a instauração das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil e as contribuições desta congregação para o ensino de meninas e moças na Primeira República. O objetivo principal do trabalho é discutir como as Salesianas de Dom Bosco representaram um núcleo diferenciado de propagação dos ideais católicos dentro do movimento de diáspora religiosa europeia da segunda metade do século XIX, salientando as especificidades de seu modelo de ensino e buscando descobrir qual modelo de feminino esta educação procurava formar para a nova sociedade republicana. O recorte temporal desta discussão é iniciado com o reconhecimento oficial do Colégio de Santa Inês pela Secretaria de Instrução pública, em 1908, e finalizado no ano em que o governo de Getúlio Vargas promulga a Constituição de 1934, tornando o ensino religioso confessional novamente

legalizado. A pesquisa é realizada sob o olhar da História Cultural das Religiões.

PALAVRAS-CHAVE: Educação salesiana; Educação feminina; Filhas de Maria Auxiliadora.

ABSTRACT: This research intends to present the establishment of Daughters of Mary Hel of Christians in Brazil and these congregation's contributions female education during the First Republic. The main purpose of this research is to discuss how Salesians of Dom Bosco represented a special center of catholic ideas spreading inside the European religious diasporic movement in the second half of the 19th century, pointing out the specificities their teaching model and trying to discover which pattern of female this education searched to build to this new republican society. The temporal cutting of this investigation begins with the official recognizing of the College of Santa Inês by the Public Instruction Secretary, on 1908, ending during the year when Getulio Vargas government enacted the Constitution of 1934, legalizing again the confessional religious teaching. This research is realized under the look of Cultural History of Religions.

KEYWORDS: Salesian education; female education; Daughters of Mary Hel of Christians.

1 | INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XIX foram marcadas por um processo de grandes transformações no Brasil. O final do reinado de D. Pedro II foi assinalado pela transferência paulatina do centro econômico cafeeiro do Vale do Paraíba – que via seus recursos se esgotando safra após safra – para o recém-explorado Oeste Paulista; o desenvolvimento urbano das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo se expandia a olhos vistos, criando-se caminhos para unir as duas regiões, ocupadas por uma elite intelectual formada na Europa, em um ambiente liberal, positivista e iluminista, apropriando-se das ideias francesas que alimentava um conjunto de ideais republicanos e anticlericais. O reinado também estava pressionado por uma série de fatores externos, como o franco processo de industrialização pelo qual passava a Inglaterra, que patrocinava o fim da escravidão para a formação de uma classe operária burguesa que consumisse seus produtos – enquanto a aristocracia rural, na maior parte do país, defendia avidamente a continuidade do sistema escravista, a principal fonte de mão-de-obra nas lavouras.

Por sua vez, a oligarquia cafeeira do Oeste paulista já iniciava a substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu, respondendo aos ideais liberais e branqueadores do Oitocentos. O movimento abolicionista começou a tomar corpo durante a década de 1870, pressionando a sociedade para a libertação de todos os escravos – o que se deu apenas paulatinamente, por um conjunto de leis. Este processo foi um dos motivos determinantes para a decadência da oligarquia do Vale do Paraíba. Os principais nomes defensores do pensamento republicano possuíam fortes laços com as lojas maçônicas, vendo na Igreja Católica a principal arma para a garantia dos direitos da aristocracia ligada ao Império.

Desde meados do século XIX, a Igreja Católica sofria um movimento de reação interna a uma série de correntes eclesiásticas e teológicas que se contrapunham ao regalismo dos estados católicos, à secularização das sociedades modernas e às novas tendências sociais e políticas surgidas após a Revolução Francesa. Conhecido como ultramontanismo, este conjunto de movimentos de caracterizou por um série de atitudes da Igreja, que podem ser resumidos através da reafirmação da Escolástica, do restabelecimento da Companhia de Jesus, ocorrido em 1814, do fortalecimento da autoridade papal e da condenação dos “perigos” que assolavam a comunidade católica pela Encíclica *Quanta Cura* e pelo *Syllabus* (anexo à ela), publicados em 1864, definidos como o protestantismo, a maçonaria, o racionalismo, o socialismo, todas as vertentes do liberalismo, o jansenismo, o galicanismo, o regalismo, o deísmo, a liberdade de imprensa e o casamento civil, dentre outras manifestações¹

Durante o pontificado do papa Pio IX, a Igreja Católica passou por um processo de

1 SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma”. In *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. Vol 2, nº 02, agosto/dezembro de 2010. p.24.

restauração religiosa, com o incentivo da segunda evangelização motivada pela crença marcadamente devocional, pela crescente presença de imigrantes e pela organização da hierarquia eclesiástica. Se a primeira evangelização havia sido patrocinada pela Coroa portuguesa, este novo processo foi promovido pela *propaganda fidei*, que buscava a aproximação do clero aos preceitos de Roma, a aplicação dos princípios do primeiro Concílio de Trento, a formação e a purificação do clero regional e a organização das dioceses. Dada a escassez de pessoal brasileiro preparado para tal empreendimento, o bispado da Igreja reformada decidiu lançar um forte apelo à vinda de congregações europeias, que passaram a atuar em um amplo movimento missionário – tanto para o Brasil como para a América Latina e a África. As missionárias salesianas chegaram à América seguindo as orientações da *propaganda fidei*, colocando-se a serviço de Roma para a implantação da Reforma Tridentina.

A instalação das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil foi parte de um movimento muito mais amplo que envolveu a Igreja Católica durante o Oitocentos. A partir da metade do século XIX, as congregações católicas europeias sofreram um processo de diáspora, encaminhando-se principalmente para a África e para as Américas. Este movimento pode ser explicado a partir de três elementos interdependentes, de acordo com Paula Leonardi: a busca pela retomada de espaços políticos por parte da Igreja Católica com o estímulo à missão *ad gentes*, a perda de espaço das congregações docentes em alguns países como a França, e a feminização do catolicismo ocorrida durante o século XIX na Europa². Esta afirmação fica mais evidente a partir da análise do levantamento realizado nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, através do relatório do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social – CERIS de 1965, em que foi possível quantificar e qualificar este movimento diaspórico em terras brasileiras, mostrando que, ao longo das duas últimas décadas do século XIX, o Brasil recebeu 17 congregações femininas – já entre 1900 e 1912, esse número dobrou³.

Como o objetivo de retomar antigos espaços perdidos graças à secularização progressiva dos diversos Estados, além de conseguir novos territórios até então pouco explorados ou desconhecidos pela Igreja Católica e ainda garantir a centralização do poder e a obediência ao Sumo Pontífice, uma das principais ações da Santa Sé como parte deste movimento foi o estímulo à prática missionária voltada para a evangelização e educação dos povos. Dessa forma, a chegada de novas congregação ao Brasil no final do século XIX e início do século XX, especialmente femininas, pode ser explicada em certo sentido pelo incentivo papal. Durante período imperial, vigoravam alguns decretos que impediram que as ordens religiosas presentes no país recebessem noviços e também interferiram na chegada de outras congregações, buscando interromper a vinda de estrangeiros, principalmente daqueles que fossem religiosos.

2 LEONARDI, Paula. “Igreja Católica e educação feminina: uma outra perspectiva” in Revista HISTE-DBR Online. Campinas, n. 34, pp. 180-198. Jun.2009. p.181

3 CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL. Anuário Católico do Brasil. Rio de Janeiro: CERIS, 1965.

Além disso, após 1854, nenhuma diocese nova foi fundada no país, fazendo com que estas ações imperiais explicassem a entrada muito reduzida das congregações estrangeiras⁴

Ainda que a República tenha rompido com o regime do padroado e a nova Constituição tenha proclamado um Estado laico, os dados revelam um grande aumento da chegada das congregações religiosas católicas ao Brasil, atestando uma aliança velada entre o governo e a Igreja a fim de preencher as lacunas que o poder temporal não era capaz de cobrir. O Estado transformou a educação básica, tida como a solução para todos os males sociais e responsável pelo desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, em uma responsabilidade dos estados, tardando para criar um sistema de educação efetivo⁵. Não havia um quadro de professores suficiente para suprir as necessidades do período (e a preocupação com a criação de Escolas Normais públicas demorou para se cristalizar), fazendo com que as ordens e congregações religiosas suprissem essa ausência, atendendo aos diversos grupos sociais. Nesse sentido, deu-se a liberação (se não explícita, ao menos condescendente) da ação de congregações estrangeiras em território nacional para educar, especialmente as meninas, que eram tidas como as disseminadoras de moral e dos ideais dentro dos lares, as educadoras por excelência⁶.

Cabia à Igreja Católica a tarefa de se federalizar no Brasil, através da formação de clérigos para seus quadros internos e da construção de edifícios que comportassem sua expansão. A presença do clero estrangeiro e a nomeação recente de vários bispos romanizados garantiram à Santa Sé a propagação da política da romanização no país, significando também a europeização do clero, introduzindo ordens e congregações iluministas que trouxeram novas práticas religiosas a fim de combater a Igreja do Brasil, pouco hierárquica e menos ligada às práticas e sacramentos tradicionais da Igreja de Roma⁷. Entre 1890 e 1930, fundaram-se 56 novas dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas no Brasil, para as quais foram nomeados 100 bispos, concentrados especialmente na região Nordeste, em São Paulo e em Minas Gerais. O recrutamento das congregações em vários segmentos garantia o recrutamento de novos religiosos⁸. Ainda que o espaço privilegiado para a educação fossem os internatos, buscava-se atingir todos os grupos sociais, incluindo aqueles que não podiam matricular seus filhos e filhas nos internatos.

Esta pesquisa visa discutir a chegada das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil

4 MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil*. São Paulo/Brasília: Edições Loyola/Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil, 2000. p.93

5 LEONARDI, Paula. *Puríssimo Coração: um colégio de elite e sua imagem*. *Pró-Posições*, v. 15, n. 2 (44), Campinas, 2004. P.75.

6 ROSSI, Michelle Pereira da Silva & INÁCIO FILHO, Geraldo. *As congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. *Revista Histedbr on line*, Campinas, n. 24, p. 79 – 92, dez 2006. P. 84.

7 BEOZZO, José Oscar et all. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980. p.56.

8 MICELE, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.33.

e o modelo de ensino praticado nos diferentes níveis educativos pelas missionárias salesianas para meninas e moças, entre 1892 e 1934, no estado de São Paulo. A determinação de nosso recorte espacial se deu porque foi o primeiro estado ocupado pela congregação, sendo analisado um conjunto de manifestações educacionais distintas implantadas pelas salesianas em todo o território paulista durante o período – desde a primeira casa, em Guaratinguetá (o Colégio do Carmo), passando pela sede da inspetoria Santa Catarina de Sena e centro de expansão das salesianas no país (o Colégio de Santa Inês, em São Paulo), até os dois maiores colégios no Oeste paulista – o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Araras, e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto (no Novo Oeste cafeeiro). O recorte temporal se estende do ano de instalação do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil até o momento em que o ensino religioso confessional volta a ser assegurado por lei, através do artigo 153 da Constituição de 1934, que garante que o

o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais⁹.

Sob os olhos da História Cultural, o foco de nossa análise centra-se no estudo das táticas e estratégias utilizadas pelas escolas criadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora no estado de São Paulo para se adaptarem a populações bastante distintas em todo o território, alterando a natureza do projeto italiano e adaptando as práticas pedagógicas de Mornese para o novo público. Ao discutir a grandeza da implementação de congregações católicas femininas fora da Europa, a cientista política Elisabeth Dufourcq traça uma cartografia do processo de diáspora destas instituições, analisando os diferentes aspectos de sua vocação missionária (como o trabalho educativo, a ação na saúde e o cuidado com os órfãos), sua evolução nos diferentes períodos e as principais características destas irmãs que assumiram a prática missionária. De acordo com Dufourcq, em 1900 (antes das leis clericais), um contingente de 20 mil mulheres, distribuídas por 55 congregações femininas distintas, ocupavam 80 países não-europeus diferentes, especialmente na América e na África¹⁰.

Por sua vez, ao expor a questão da exportação de modelos culturais historicizados, Philippe Delisle questiona acerca dos modos como a ação congregacionista católica foi capaz de se transformar ao entrar em contato com as populações estrangeiras¹¹. Mesmo com as inevitáveis modificações aos costumes da sociedade paulista, as

9 BRASIL. Constituição de 1934. Art. 153. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 12 de setembro de 2018.

10 DUFOURCQ, Elisabeth. *Les aventurières de Dieu. Trois siècles d'histoire missionnaire française*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1993. P.59

11 DELISLE, Philippe. *Congrégations enseignantes et missions extérieures. L'exemple des Frères de Ploërmel et des Sœurs de Saint-Joseph de Cluny aux Antilles françaises (XIXe siècle)*. *Mémoire spiritaine*, Paris, n. 13, p. 55-56, premier semestre 2001

religiosas italianas introduziram à sociedade brasileira uma forma de organização do cotidiano e uma visão educativa tidas não apenas como católicas, mas especificamente como italianas, o que suscita o desejo de conhecer ainda mais sobre os objetivos da congregação ao se lançar na aventura missionária e sobre o modo com tais objetivos tiveram que se modificar no Brasil, devido ao recrutamento de irmãs locais e do contexto político e religioso¹².

DE MORNESE A SÃO PAULO

As Filhas de Maria Auxiliadora chegaram ao Brasil em 1892, dentro deste movimento de diáspora religiosa. Elas seguiram o caminho tradicional das principais congregações da época, chegando ao Uruguai em 1877, instalando uma inspetoria logo em sua instalação e, depois de dar início ao trabalho educativo e missionário na América Latina, criaram uma missão com 13 irmãs para dar continuidade ao trabalho no Brasil. Sua primeira casa brasileira foi o Colégio do Carmo, na cidade de Guaratinguetá, escolhida pela proximidade à Lorena – onde já havia uma casa dos salesianos de Dom Bosco e onde a demanda pela educação católica feminina era acentuada.

As linhas gerais para a implantação dos colégios eram enviadas pela Casa Mater das Filhas de Maria Auxiliadora, na Itália. O primeiro colégio da instituição situava-se em Mornese, a terra natal de Madre Maria Mazzarello, fundadora da congregação, sua primeira superiora e santificada em 1951. Todos os regulamentos dos colégios da congregação no Brasil seguiam o mesmo regulamento inicial italiano, com uma série de normas de conduta que iam da vestimenta das alunas aos procedimentos das professoras. Uma das principais responsáveis pela atualização destas normativas, no início do século XX, foi a Irmã Clélia Genhini.

Em 1894, as irmãs iniciaram sua expansão no Brasil, fundando uma obra assistencial em São Paulo – o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora, no Ipiranga. Anos mais tarde, a congregação decidiu criar uma casa na cidade de São Paulo, o Colégio de Santa Inês, inaugurando nesta localidade a sede da recém-criada Inspetoria Santa Catarina de Sena, centralizando nela a direção das Filhas de Maria Auxiliadora em todo o país. A relevância do estudo desta casa se dá por ela ter sido a primeira a conceber todos os graus de instrução da congregação – contemplando o jardim da infância, o ensino elementar, o ensino secundário, o ensino normal e a educação profissional – e todas as práticas de ensino – o internato, o externato e o oratório festivo.

Nosso recorte temporal se estende do ano de fundação do Colégio de Santa Inês, em 1908, até o momento em que o ensino religioso confessional volta a ser assegurado por lei, através do artigo 153 da Constituição de 1934, que garante que o

12 ROGERS, Rebecca. “Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional” in *Pro-Posições*, v. 25, nº 1 (73), pp.55-74, jan.-abr. 2014. p.63

o ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelo pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais¹³.

A comunidade fundadora do Colégio era composta de 8 irmãs, dentre elas 7 italianas e uma brasileira. O grupo chegou ao Brasil no dia 21 de janeiro, data de comemoração do dia de Santa Inês – a mártir romana que foi morta aos 13 anos de idade – tendo então escolhido este nome para consagrar o novo estabelecimento de ensino. O colégio instalou-se em um terreno de 12 mil metros quadrados com uma pequena casa, conhecido como “Chácara dos Ingleses”. Inicialmente, havia apenas o regime de externato, pois a prefeitura afirmava que a casa não possuía as condições higiênicas necessárias para a composição de um internato. De acordo com a *Crônica* do Colégio, o movimento escolar em 1907 é lento e desencorajador, dadas as visitas repetidas dos fiscais do governo, que insistem em apressar as obras¹⁴.

As atividades começaram ainda em 1907 com um externato, que oferecia o curso de Jardim da Infância para as alunas menores de 7 anos (com 60 inscritas) e o Curso Elementar, dividido em quatro anos (28 matriculadas no 1º ano, 35, no segundo, 15, no terceiro; e 12, no 4º ano). Aos domingos, as alunas do Externato recebiam aulas de Catecismo e o Colégio abria suas portas para mais de 400 meninas da comunidade, em seu “Oratório Festivo”, coordenado pela Companhia das Filhas de Maria e pela Companhia de Anjinhos, sob a direção da Irmã Giacoma Cleofe. Apenas meninas eram admitidas no Colégio, em todos os seus níveis de ensino.

Em 1º de fevereiro de 1908, as aulas retornam, já com o 5º ano elementar. Neste mesmo mês, o colégio admite a primeira turma de internato, com 23 alunas, criando uma nova modalidade de ensino. No mesmo ano, o Capítulo Superior da Congregação anuncia a ereção canônica da Inspeção Santa Catarina de Sena, separando a administração da obra das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil da do Uruguai, sendo dirigida pela inspetora Irmã Emilia Borgna. No ano seguinte, o colégio ganhou o Curso Secundário de Ensino, com o objetivo de completar a educação das alunas e já garantir a preparação das candidatas à Escola Normal, primária e secundária. Em 1913, a casa já conta com 29 alunas normalistas, além de 20 irmãs professoras, 1 noviça e 1 postulante¹⁵.

A Escola Normal Livre anexa ao Colégio apenas recebe a autorização do estado para funcionar em 1927, através da lei 2.269, que garante a equiparação das escolas normais religiosas às públicas. A partir de então, ela atua em regime de internato-externato, recebendo moças de São Paulo e de várias cidades do país. Já nos primeiros

13 BRASIL. Constituição de 1934. Art. 153. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 12 de setembro de 2018.

14 Livro de Crônica do Colégio de Santa Inês. 1907-1920. Anotação de 01/03/1097 realizada pela Ir. Giacoma Cleofe, diretora da instituição.

15 IDEM. Anotação de 02/01/1913 realizada pela Ir. Maria Pancheri, diretora da instituição.

anos de funcionamento, a instituição recebeu a visita do inspetor público Ataliba de Oliveira, professor responsável pela fiscalização das dependências do colégio e também dos cadernos de Português, Francês, Cartografia, Anatomia e Desenho das alunas da Escola Normal. O inspetor ficou impressionado com o que pode averiguar em sua primeira visita à instituição, afirmando que:

(...) acabo de visitar a Escola Normal Livre do Santa Inez. Em companhia da Ex.ma Ir. Diretora e do Sr. Inspetor Fiscal, percorri as primeiras dependências do colégio cuja instalação é magnífica. Assistindo aulas e verificando os trabalhos das alunas constatei, com prazer, que este estabelecimento corresponde aos intuítos do Governo do Estado. Daqui sairão por certo verdadeiras educadoras da infância, compenetradas da alta missão que lhes vai caber na vida¹⁶.

A DIFERENÇA DA EDUCAÇÃO SALESIANA

Em que a educação das Filhas de Maria Auxiliadora diferiu do modelo proposto pelo estado e pelas outras congregações? Em primeiro lugar, é importante destacarmos as bases do Sistema Preventivo, a pedagogia característica das escolas salesianas. Em síntese, o método é composto por três bases: a **razão**, que deve desenvolver a motivação, a comunicação e a persuasão quando a comunidade entra em diálogo; o **afeto** (ou amorevolezza), que deve ser altruísta, desinteressado e incondicional; e a **religião**, tendo a fé como base da vida, a luz para iluminação dos caminhos e a procura que torna a comunidade atenta para a dinâmica da vida. Nesse sentido, os dois elementos principais para a vida em comunidade são a alegria cristã e a disponibilidade para o próximo, para a caridade. A principal função do Sistema é cuidar da estudante de forma completa, impedindo que seu erro aconteça – e não agindo no momento da correção¹⁷.

A partir de 1907, a aplicação do Sistema Preventivo nos colégios das Filhas de Maria Auxiliadora – inclusive no Santa Inês – foi normatizada a partir de um manual de orientações e procedimentos composto pela Irmã Clélia Genghini, intitulado *Norme Didattique*. O documento apresenta os métodos de ensino possíveis para a escolha no estabelecimento de ensino, sugerindo o Método Intuitivo como a proposta ideal, visto que valorizava a intuição como elemento fundamental no ato de conhecer, que se iniciava pela observação, pelos sentidos e pela experiência – ao contrário da maioria dos colégios católicos do período, que se apropriaram da metodologia jesuítica. Este olhar mais próximo aos ideais da romanização determina, por exemplo que o melhor método de ensino é aquele que produz a proporcionalidade referente à mentalidade do aluno, com atenção e trabalho constantes, disciplina, ordem e silêncio¹⁸.

Para reforçar o Sistema Preventivo, Genghini afirma que sua prática deve estar

16 Livro de Registro interno do Colégio de Santa Inês. Histórico da Escola Normal. 1930. p.28.

17 BRAIDO, Pietro. Prevenir, não reprimir: o Sistema Preventivo de Dom Bosco. Cidade do Porto: Edições Salesianas, 2016. P.32.

18 RAMPI, Dorcelina de Fátima. A formação de professoras da Escola Normal do Colégio de Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2007. P. 60.

apoiada sobre a caridade, e que a jovem deve frequentar a missa cotidiana, a confissão e a comunhão como partes do exercício educativo. Por fim, afirma que “prevenir não quer dizer perdoar deixando passar tudo, nem deixar os jovens abandonados a si mesmos. É preciso informar os regulamentos do Instituto e estar sempre atento e presente para que, como pais amorosos, sirvam de guia, aconselhem, corrijam e coloquem sempre que possível os jovens na impossibilidade de cometerem faltas”.

A partir de 1918, as normas e os princípios que regiam a pedagogia salesiana foram organizados em obras que alcançaram toda a extensão da obra de Mazzarello. O mais famoso destes documentos é *La Dottrina Cattolica e La Pedagogia*, livro de Chiara Chiari, que trata da doutrina educacional salesiana. A autora defende que o primeiro lugar na pedagogia católica compete ao catecismo, ensinando como a pedagogia salesiana e o catecismo devem apropriar-se do método e da didática. Segundo ela,

educar é externar o que está dentro da aluna – ou seja, é mostrar ao mundo as potencialidades, as energias e as capacidades de cada educando para qualquer atividade, seja ela física, mental ou espiritual. Assim, a doutrina salesiana concebe a educação como um aperfeiçoamento moral e não apenas como parte do desenvolvimento intelectual¹⁹.

Para ela, a doutrina salesiana contesta diretamente a concepção educacional de Rousseau, que defende que “a natureza é boa e leva ao bem, a sociedade é má e corrompe”. Para Chiari, a educação diz respeito à vontade, ao desejo, a formar o bom e sólido caráter, fortalecendo-o contra as más inclinações, enquanto a educação trata da inteligência, de tirar o homem da ignorância – sendo auxiliar da educação.

Durante o século XIX, a necessidade da educação feminina se justificava como uma forma de desenvolvimento social – era uma prática para além da própria mulher, visto que ela era a responsável por fornecer a primeira educação de seus filhos, por fazê-los bons e moldar a sua conduta a partir de seus sentimentos, como exposto na primeira lei de instrução pública brasileira, datada de 1827. A educação da mulher ultrapassava seus próprios anseios ou necessidades, mas sua justificativa encontrava-se a partir de sua função social de educadora dos filhos – na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos.

A partir do final do século XIX e início do XX, educar a mulher tornou-se um pilar de higienização familiar, de modernização da sociedade e de construção da cidadania para os jovens. No período, era corrente o discurso de que as mulheres deveriam ser *mais educadas do que instruídas* – ou seja, de que a ênfase em sua formação deveria recair muito mais sobre a formação moral, sobre a constituição do seu caráter, sendo suficientes apenas pequenas doses de instrução, com rudimentos da língua portuguesa e da matemática. De acordo com muitos intelectuais, não havia motivos para mobilizar a cabeça das mulheres com muitos conhecimentos, visto que seu destino

19 CHIARI, Chiara. *La Dottrina Cattolica e La Pedagogia*. Roma: Scuola Tip. Salesiana, 1918. P.27.

primordial – o de mãe e de esposa – exigiria principalmente uma moral sólida e bons princípios²⁰.

Como a educação oferecia pelas Filhas de Maria Auxiliadora dialogava com a proposta em voga para a instrução e a educação de meninas? À primeira vista, a educação das meninas estava em completo acordo com a formação exigida das mulheres na Primeira República: o currículo do curso elementar oferecia aulas de português, francês, aritmética, religião e ginástica, além de desenho, música (canto e piano), trabalhos manuais – como pintura e flores – e caligrafia. Também exigia como conteúdos básicos o ensino de “civildade/urbanidade” e “polidez/conduta”. Aparentemente, a base da instrução era a preparação de uma mulher para o lar, dentro do modelo ideal da Virgem Maria.

No entanto, o currículo trazia também algumas disciplinas que, dentro do ensino público no período, eram exclusivas para os meninos: como ciências, geometria, história pátria e geografia. A expansão do currículo foi uma das estratégias das salesianas para preparar as meninas para a vida profissional – visto que muitas delas, ao chegar à cidade grande, deveriam assumir funções de trabalho com seus pais, além do magistério - função característica às mulheres no período.

Para entendermos melhor essa necessidade, basta olharmos para os registros do Colégio de Santa Inês, que apontam para a recepção de alunas oriundas das mais diversas regiões do país – e não apenas da cidade de São Paulo. As meninas e moças vinham, principalmente, de famílias de comerciantes, profissionais liberais ou industriais, muitas vezes com origem imigrante – especialmente italiana ou portuguesa. Há, ainda, muitas alunas vindas de famílias mais pobres, que possuem atestados do departamento assistencial da prefeitura para a gratuidade em seu favor – dessa forma, apenas algumas das estudantes eram pagantes, enquanto outras arcavam apenas com parte dos custos. Dessa forma, a necessidade de preparar para a vida do trabalho era iminente – enquanto a maioria dos colégios preparava as alunas para a vida dentro do lar, pois recebiam apenas alunas da elite. Esta característica fez, inclusive, que o Colégio abrisse Curso Profissionalizante, a partir da década de 1920, para aquelas alunas que queriam se especializar em uma profissão diferente do magistério.

REFERÊNCIAS

BEOZZO, José Oscar et all. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

BRAIDO, Pietro. **Prevenir, não reprimir**: o Sistema Preventivo de Dom Bosco. Cidade do Porto: Edições Salesianas, 2016.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Art. 153. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 12 de setembro de 2018.

20 LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006. Pp.451.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL. **Anuário Católico do Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS, 1965.

CHIARI, Chiara. **La Dottrina Cattolica e La Pedagogia**. Roma: Scuola Tip. Salesiana, 1918.

DELISLE, Philippe. Congrégations enseignantes et missions extérieures. L'exemple des Frères de Ploërmel et des Sœurs de Saint-Joseph de Cluny aux Antilles françaises (XIXe siècle). **Mémoire spiritaine**, Paris, n. 13, p. 55-56, premier semestre 2001.

DUFOURCQ, Elisabeth. **Les aventurières de Dieu**. Trois siècles d'histoire missionnaire française. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1993.

Livro de Crônica do Colégio de Santa Inês. 1907-1920.

Livro de Registro interno do Colégio de Santa Inês. Histórico da Escola Normal. 1930.

LEONARDI, Paula. "Igreja Católica e educação feminina: uma outra perspectiva" in **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. 34, pp. 180-198. Jun.2009.

_____. Puríssimo Coração: um colégio de elite e sua imagem. **Pró-Posições**, v. 15, n. 2 (44), Campinas, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. Pp.446-483.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A Educação Católica no Brasil**. São Paulo/Brasília: Edições Loyola/ Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil, 2000.

RAMPI, Dorcelina de Fátima. **A formação de professoras da Escola Normal do Colégio de Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2007.

ROGERS, Rebecca. "Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional" in **Pro-Posições**, v. 25, nº 1 (73), pp.55-74, jan.-abr. 2014.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva & INÁCIO FILHO, Geraldo. As congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Histedbr on line**, Campinas, n. 24, p. 79 – 92, dez 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.